FOLHA DE SÃO PAULO | 23/11/18 | MERCADO

Fusão de Fazenda e Mdic começa a ser esboçada

MARIANA CARNEIRO
LAÍS ALEGRETTI
BRASÍLIA

A fusão dos ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio Exterior começou a sair do papel nesta semana, no gabinete de transição montado no CCBB. Representantes de oito entidades do setor de comércio e serviços se reuniram com o economista Carlos da Costa, cotado para assumir o que será a supersecretaria de produtividade e competitividade do Ministério da Economia de Paulo Guedes.

O desenho que ainda está em elaboração indica que deverão ficar sob sua responsabilidade pelo menos cinco secretarias hoje ligadas à Fazenda e ao Mdic: advocacia da concorrência e produtividade, competitividade industrial, comércio e serviços, inovação e micro e pequena empresa.

Também poderá ser anexada a este conjunto a secretaria de políticas públicas de emprego, do Ministério do Trabalho. Dessa maneira, todas as atuais secretarias do Mdic, com exceção da poderosa Secretaria de Comércio Exterior, serão reunidas em uma única estrutura.

Embora ainda não tenha oficializado o nome de Carlos da Costa como secretário, Guedes apresentou o economista aos empresários como liderança de temas ligados à produtividade e ao setor produtivo.

Ex-diretor do BNDES na gestão de Paulo Rabello de Castro (governo Michel Temer), Costa trabalha com o time de Guedes desde a campanha eleitoral, na elaboração do plano de governo de Jair Bolsonaro.

A fusão dos ministérios da Fazenda e o Mdic foi prometida pelo presidente eleito e depois desmentida na campanha eleitoral. Após a vitória, Guedes confirmou que o plano é fundi-las.

A ideia, porém, sofre resistência do setor produtivo, principalmente da indústria, que teme os efeitos da abertura comercial prometida por Guedes e o fim de políticas voltadas à indústria, como incentivos tributários de estímulo à inovação.

A escola econômica liberal, em que Guedes e o seu time foram forjado, é adepta de políticas horizontais de promoção da eficiência, sem fazer distinção entre setores.

Neste sentido, a expectativa é que ganhem força programas que incrementem a produtividade sem a escolha de empresas ou de segmentos "estratégicos", um dos pontos centrais da política industrial desenvolvida pelo PT no governo, e a retirada de benefícios fiscais.

Para Costa, a economia poderia crescer até 5% em 2020 caso sejam deslanchadas políticas que aumentem a eficiência da economia e a competição.

Presente à reunião com Costa e Guedes, no CCBB, Paulo Solmucci, presidente da Unecs (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços) e da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), disse que o futuro ministro defendeu o imposto único, além de um ambiente mais favorável aos empreendedores.

"Ele pregou, na conversa conosco, um Estado menos vigilante, que confia mais e que apoia, em vez de gerar regras. O que não puder estará escrito. O que não estiver escrito, pode", disse Solmucci. "Foi música para os nossos ouvidos."

Funcionários do Mdic informaram aos economistas da equipe de Guedes, no entanto, de que é preciso cuidado com a retirada de programas de incentivo, sob o risco de extinguir atividades produtivas e gerar desemprego, além de aumentar gastos do governo, em vez de reduzi-los.

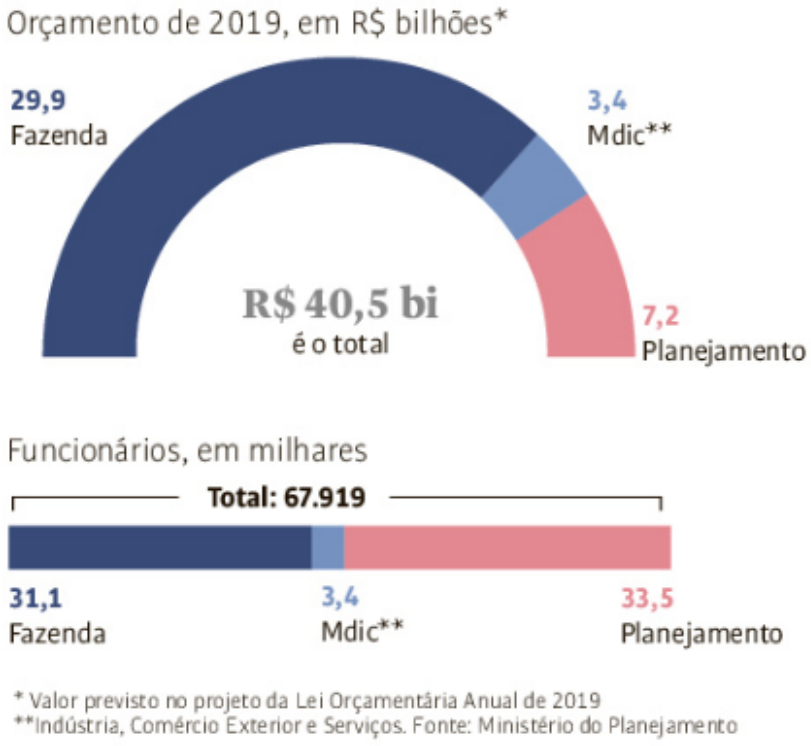
Um exemplo é a retirada da lei de informática, que reduz impostos de produtores de softwares e computadores. Muitos que hoje estão no Sul e Sudeste podem optar por se mudar para a Zona Franca de Manaus, onde o incentivo tributário é garantido por lei por mais 50 anos e é ainda mais generoso. Isso teria o potencial de aumentar a renúncia do governo.

Alguns empresários falam do risco do fim do contraditório dentro do governo, com a adoção de um pensamento único liberal.

O choque de visões entre as pastas foi uma marca da relação entre a Fazenda e o Mdic, com a primeira mais liberal e a segunda, mais desenvolvimentista.

Um exemplo foi a política de incentivo ao setor automotivo, o Rota 2030, que levou mais de um ano para ser concluído graças às divergências entre os dois grupos, que discordavam sobre a concessão de benefícios ao setor para inovar.

Ministério da Economia ganha força e Orçamento com rearranjo de pastas



O rearranjo ministerial e as atribuições das pastas

Fazenda
Formulação e execução de políticas econômicas nacionais; engloba as secretarias do Tesouro Nacional e da Receita Federal

Mdic
Estímulo ao comércio exterior, indústria e serviços; vincula o INPI e o Inmetro; supervisiona o serviço social sobre Sebrae

Planejamento
Planejamento e coordenação de políticas de gestão da administração pública federal, analisando custos, projetos e orçamento

As fusões no superministério

QUAIS SECRETARIAS DEVERÃO SE UNIR?

- Seprac (Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência), do Ministério da Fazenda
- SCS (Secretaria de Comércio e Serviços), do Mdic
- Secretaria de Competitividade Industrial, do Mdic
- Secretaria de Inovação, do Mdic

O QUE FAZEM?

Seprac
Zela para que, na formulação de leis, não seja afetada a concorrência. No governo Michel Temer, ganhou ainda a atribuição de elaborar políticas para elevar a eficiência da economia (produtividade)
Programas Cadastro positivo, duplicata eletrônica, reformulação do regime automotivo, novo desenho de conteúdo local para a indústria de óleo e gás

SCS
Cria programas para aumentar a eficiência do setor de serviços
Programas Fórum de competitividade do varejo e Siscoserv (ferramenta para consulta de dados do comércio exterior de serviços)

Competitividade Industrial
Programas para incentivar a produtividade da indústria
Programas Rota 2030 (de investimentos no setor automotivo), Brasil Mais Produtivo

Inovação
Missão de alinhar investimentos com os temas da estratégia brasileira, como inovações necessárias para a indústria 4.0. Também administra a oferta de cursos técnicos do Pronatec
Programas Inovativa Brasil, Pronatec, Fábricas do Futuro

FOLHA DE SÃO PAULO | 23/11/18 | MERCADO

Governo vê buraco de R$ 2,4 bilhões no Orçamento

Bernardo Caram
BRASÍLIA

Em um sinal de deterioração das contas públicas, o governo reavaliou negativamente nesta quinta-feira (22) a estimativa de resultado fiscal para 2018, que até então indicava o cumprimento da meta. Agora, a previsão é de que o país pode estourar a meta fiscal em R$ 2,36 bilhões.

A virada no cenário indica a necessidade de corte de gastos. O governo, porém, conta com uma reserva de R$ 2,99 bilhões disponíveis no orçamento e ainda não distribuídos.

O contingenciamento será feito dentro desse valor, o que vai poupar programas em andamento e deixar uma sobra de aproximadamente R$ 650 milhões.

As novas projeções foram apresentadas pelo Ministério do Planejamento no relatório bimestral de receitas e despesas. O documento traz estimativas para a execução do orçamento.

A meta fiscal fixada para este ano é de déficit primário de R$ 159 bilhões. No relatório anterior, do quarto bimestre, havia uma folga orçamentária, que acabou sendo usada até o limite do teto de gastos, regra que impede o aumento das despesas públicas acima da inflação.

Agora, com a revisão de parâmetros econômicos e uma redução na estimativa de arrecadação, a conta já não fecha. A previsão é de que o ano seja encerrado com um déficit de R$ 161,36 bilhões, R$ 2,36 bilhões acima do limite.

Na avaliação do governo, apesar de uma redução de R$ 2,1 bilhões nas despesas, a estimativa da receita líquida –incluindo transferências a estados e municípios –caiu com mais força e ficou com R$ 4,4 bilhões a menos.

A estimativa no quinto bimestre deste ano ficou R$ 1,5 bilhão menor do que a prevista no relatório do quarto bimestre, com perdas em Imposto de Importação e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Também houve queda na estimativa de receita com a Previdência e da arrecadação com a exploração de recursos naturais, já que a produção de petróleo foi menor do que o previsto.

Os recursos que o governo precisará cortar estavam reservados no orçamento para situações de emergência e chegaram a ser indicados para uso na capitalização de estatais, mas isso não foi necessário.

O decreto que oficializa o corte precisa ser editado até o fim deste mês. Os R$ 650 milhões que restaram sem destinação poderão ser usados para outras finalidades, que serão depois definidas pelo governo.

No documento divulgado nesta quinta, a equipe econômica também reavaliou para baixo a previsão de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. A estimativa para a expansão da economia em 2018 foi revista de 1,6% para 1,4%.

O ESTADO DE S. PAULO | 23/11/18 | ECONOMIA

A caixa-preta e as distorções do BNDES

CELSO MING

Opresidente eleito garante que vai abrir a caixa-preta do BNDES: "Na primeira semana já não haverá nenhum sigilo no banco". Uma das graves distorções produzidas ao longo do governo do PT foi a utilização do BNDES não para promover o desenvolvimento do Brasil, mas para fazer política de boa vizinhança – apenas com vizinhos escolhidos a dedo, quase sempre por sua coloração ideológica. Volumes polpudos de recursos deram cobertura a projetos na África e na América Latina, muitas vezes para políticas de governos autoritários.

Sempre que o Congresso ou a imprensa pediram explicações sobre essas atividades, a direção do BNDES alegou a necessidade de preservar o sigilo bancário. Mas alguma coisa transpareceu. Muitos desses créditos em dólares alcançaram prazos de 12 a 15 anos (o de Cuba foi de 25 anos) a juros entre 3% e 6% ao ano. Foram os desdobramentos da Operação Lava Jato que revelaram desvios, alguns com troca-troca de propinas e de tolerância a calotes, caso de Moçambique, Cuba e Venezuela. Em setembro, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, admitiu que os créditos a Cuba e a Venezuela, de cerca de US$ 1 bilhão, foram incorretos e "não deveriam ter sido feitos". Ele garante que a inadimplência não preocupa. Mas a falta de informações confiáveis e a insistência com que os dirigentes se esconderam atrás do sigilo passam a impressão de que a caixa-preta é enorme.

Outra distorção foi a tomada de recursos do Tesouro para operações a juros mais baixos do que os pagos ao tomador de títulos por meio dos quais esses recursos foram levantados, numa situação em que o maior problema macroeconômico do País é o rombo fiscal. Em 2015, a dívida do BNDES com o Tesouro alcançava R$ 524 bilhões, ou 15% da dívida pública. Os subsídios implícitos (porque não previstos no Orçamento) no período entre 2007 e 2016 somaram R$ 240 bilhões. Esses recursos vêm sendo devolvidos aos poucos ao Tesouro. Uma das missões do novo presidente, Joaquim Levy, será apressar essas devoluções.

O giro desses recursos produziu outras distorções. Uma delas foi sua alocação inadequada – e aí já não se fala das operações que beneficiaram governos amigos. Grande número de financiamentos proporcionados pelo BNDES destinou-se a turbinar projetos dos tais futuros campeões nacionais, muitos dos quais se envolveram em escândalos, como foi o caso do Grupo X, do empresário Eike Batista, e o do Grupo JBS, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. Deste último, o BNDES assumiu participação de nada menos que 21% do capital. Ao longo da Operação Lava Jato viu-se que a escolha dos futuros campeões nacionais teve mais a ver com corrupção e desvio de recursos do que com desenvolvimento nacional.

É duvidoso que a maior parte dos grandes grupos a que se destinaram as tais bolsas-empresário, como passaram a ser chamadas, necessitasse de molezas para tocar projetos de expansão. Grandes empresas têm acesso ao mercado internacional de recursos. E, muitas vezes, têm disponibilidade de caixa para o que pretendem. No entanto, mão beijada por mão beijada, tomam esses recursos. Mais um indício de que essas operações foram parte de outro tipo de jogo, o dos financiamentos de campanha e outras ilicitudes.

Outra crítica a essa fartura a juros subsidiados: o banco, que deveria ser de desenvolvimento, como está no nome, vem impedindo o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitais. Não há instituição financeira capaz de operar nas mesmas condições no crédito a largos prazos de maturação e juros subsidiados. E um país sem mercado de capitais robusto não consegue prover capitais para a atividade econômica que precisa se expandir e ganhar mercados.

Como trabalhou com juros subsidiados, as tais TJLPs, o BNDES produziu outra distorção, a de sabotar a política monetária do Banco Central. Explicando melhor: a principal função da política é trazer a inflação para a meta. Se o BNDES trabalha com juros mais baixos, o Banco Central tem de puxar a Selic (juros básicos) para níveis mais altos do que os necessários, para compensar o jogo contra do BNDES.

Por aí se vê que não basta que o BNDES abra sua caixa-preta. É preciso que mude sua política. E esta parece ser a intenção: a de se dedicar preferencialmente ao financiamento da infraestrutura do Brasil. A ver.

O ESTADO DE S. PAULO | 23/11/18 | ECONOMIA

Salim Mattar, da Localiza, é cotado para tocar privatizações

Renata Agostini / RIO Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Futuro ministro da Economia, Paulo Guedes avalia o nome do empresário Salim Mattar, sócio e presidente do conselho da Localiza, para assumir a secretaria de "privatizações", que também vem sendo chamada internamente de "secretaria especial de desestatização e desinvestimentos", disse ao 'Estado' importante fonte da equipe de transição. O economista Marcos Cintra, presidente do Finep, está cotado ainda para assumir outra área central do novo "superministério".

Empresário liberal (é conselheiro do Instituto Millenium, que promove o liberalismo), Mattar ensaia há algum tempo sua entrada no mundo político e chegou a ser sondado pelo Novo para se candidatar ao governo de Minas. Ele já foi sondado por Paulo Guedes para o posto e as conversas seguem para levá-lo para o governo. Se confirmado, Mattar teria a responsabilidade de tocar área considerada estratégica por Guedes, que anunciou durante a campanha a intenção de levar à frente um programa ambicioso de privatizações.

O economista Marcos Cintra, doutor em Economia por Harvard, está cotado para assumir uma supersecretaria que vai unir Receita Federal e a atual Secretaria da Previdência. Ela está sendo chamada internamente de secretaria de "arrecadação" e terá grande importância na nova estrutura.

Há expectativa entre colaboradores da equipe que, com a escolha da presidência dos bancos estatais, Guedes se dedique nos próximos dias a definir a estrutura final e os nomes dos principais auxiliares. A princípio, o futuro superministério terá seis grandes secretarias. As conversas ainda estão em andamento, e o número de secretarias ainda pode ser modificado, mas já há nomes bem cotados para cada uma das áreas, segundo três integrantes do time de transição ouvidos pelo Estado.

No desenho que vem sendo pensado, além de Mattar em "privatizações" e Cintra em "arrecadação", a "secretaria de produtividade e competitividade" ficaria com Carlos da Costa, ex-diretor do BNDES e colaborador do time. Mansueto de Almeida, atual secretário do Tesouro e já confirmado na futura equipe, comandaria a "secretaria de economia",

acumulando o Tesouro com outras áreas.

Para a secretaria de "gestão e modernização", está cotado o advogado Paulo Uebel, ex-secretário de João Doria na Prefeitura de São Paulo e parte da equipe de transição. Já o economista Marcos Troyjo pode ficar com a secretaria responsável pelo comércio exterior.

Atual ministro do Planejamento, Esteves Colnago está quase confirmado na equipe econômica

de Jair Bolsonaro, segundo uma importante fonte do time de transição. Ele está sendo pensado para o cargo de secretário executivo do superministério. A ideia é que ele ajude a "tocar a máquina", explica um integrante do time. Colnago já se reuniu com Guedes, que gostou bastante da conversa.

Ajustes. Uma fonte da equipe pondera que o desenho de seis secretarias com seus respectivos comandantes ainda pode sofrer ajustes, já que é preciso, antes de tudo, confirmar o número de secretarias. Uma ala do time advoga por enxugar ainda mais o organograma, deixando o futuro ministério com cinco ou até quatro secretarias.

De qualquer maneira, algumas

áreas e postos importantes fatalmente perderão relevância. É o caso da Receita Federal, que passará a ser uma estrutura do terceiro escalação, abaixo do secretário de "arrecadação".

Dois importantes colaboradores da campanha e da transição, os pesquisadores do Ipea Adolfo Sachsida e Alexandre Ywata, também devem assumir postos no governo. Ywata está sendo cogitado para a diretoria de um bancos estatal. Já Adolfo Sachsida poderia assumir uma assessoria especial.

Um integrante do grupo nota ainda que segue a pressão no entorno de Jair Bolsonaro de representantes de setores industriais pela manutenção do Ministério da Indústria e Comércio. Guedes tem resistido.

TIME ECONÔMICO

Rubem de Freitas Novaes
Indicado para o Banco do Brasil, é PhD em Economia pela Universidade de Chicago, ex-diretor do BNDES, ex-presidente do Sebrae e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Pedro Duarte Guimarães
Futuro presidente da Caixa, é sócio do banco Brasil Plural; trabalhou nos bancos Bozano e BTG. Com PhD em Economia pela University of Rochester, ele se especializou em privatizações

Joaquim Levy
ex-ministro da Fazenda, é o indicado para comandar o BNDES; engenheiro naval e doutor em Economia pela Universidade de Chicago; é diretor financeiro do Banco Mundial

O ESTADO DE S. PAULO | 23/11/18 | ECONOMIA

Orçamento vai liberar R$ 652 mi para despesas

Lorenna Rodrigues Idiana Tomazelli /BRASÍLIA

Mesmo com uma piora de R$ 4,4 bilhões na estimativa para a arrecadação federal neste ano, o governo vai alterar o orçamento para permitir a liberação de R$ 652 milhões para despesas até o fim do ano. A liberação foi antecipada pelo Estadão/ Broadcast ontem. Segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, será feita uma mudança por projeto de lei para permitir a suplementação de despesas já previstas. "Ainda estamos discutindo para onde irão os recursos adicionais", afirmou.

O Ministério do Planejamento divulgou ontem o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas que trouxe uma projeção menor para as receitas e uma queda também nas despesas esperadas para 2018. Com isso, para cumprir a meta primária do ano, seria necessário cortar recursos de ministérios e outros poderes na ordem de R$ 2,3 bilhões.

Para evitar esse aperto no fim do governo do presidente Michel Temer – que atingiria também emendas parlamentares – o governo decidiu alterar o orçamento. Até agora, havia uma reserva de recursos de R$ 2,9 bilhões no Orçamento que não poderiam ser gastos de qualquer forma, porque as despesas previstas já estavam no valor máximo permitido pelo teto de gastos. Essa reserva só poderia ser utilizada para capitalização de empresas ou para créditos extraordinários, que são despesas que não entram no cálculo do teto.

Lançando mão dessas reservas para compensar a necessidade de corte, o governo tem à disposição R$ 652 bilhões que "sobraram" da reserva de capitalização. Eles poderão ser destinados a despesas primárias.

A equipe econômica cortou ainda a projeção para o crescimento do PIB em 2018, de 1,60% para 1,40%. A estimativa está em linha ao esperado pelo mercado - no último Boletim Focus, elaborado pelo Banco Central, a projeção de mercado apontava para um crescimento de 1,36% neste ano.